

O QUE REVELOU O PRIMEIRO TURNO EM SÃO PAULO

Por Rui Tavares Maluf*

O vencedor indiscutível do primeiro turno neste domingo 6 de outubro de 2024 foi a abstenção eleitoral, seja em São Paulo (capital), como em muitos outros importantes municípios do Brasil. No caso paulistano, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) ficou em segundo lugar e, conseqüentemente, as posições seguintes também se alteraram, ficando Guilherme Boulos (PSOL) em terceiro, Marçal em quarto, Tabata em quinto, votos nulos em sexto, brancos em sétimo e à frente de Datena e Marina Helena que ficaram em oitavo e nono respectivamente, e assim por diante. Desse modo, a abstenção paulistana reuniu 27,34% do eleitorado, apresentando variações importantes nas zonas eleitorais (embora nenhuma efetivamente baixa), e o prefeito Ricardo Nunes somente 19,33% da mesma cidadania apta a votar (*vide anexo 1*). É a segunda vez consecutiva que a abstenção se impõe sobre o primeiro colocado no primeiro turno. Apesar de a ausência de eleitores às urnas não concorrer ao cargo de chefe do executivo paulistano e de quaisquer outros municípios, seu significado poderá gerar controvérsias sobre a legitimidade eleitoral.

Em São Paulo, em termos absolutos e mesmo proporcionais, a abstenção desse domingo foi a segunda maior desde 1985 em turno único ou primeiro turno, quando as eleições diretas para prefeito recomeçaram na transição entre o regime autoritário para o democrático. A maior taxa ocorreu em 2020, embora o leitor deva levar em conta que o mundo vivia sob a pandemia da covid-19. Assim, se descontarmos a eleição daquele ano devido à razão apontada, a abstenção presente é claramente a maior (27,34%), superando a de 2016 (21,84%) em mais de cinco pontos percentuais, quando o pleito foi decidido já no primeiro turno. A trajetória desse comportamento tem sido de ascensão, tendo apresentado apenas dois recuos (1988 e 2000), que coincidiram com a eleição de duas prefeitas do Partido dos Trabalhadores (PT) (Luisa Erundina e Marta Suplicy). O crescimento da abstenção pode ser indicador de que o eleitorado esteja introduzindo o voto facultativo por si mesmo.

Como já argumentei em outro artigo, o crescimento da abstenção é real sim, e este aumento não se deve a problemas de cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como se sustentava anteriormente, tendo sido verdadeiro nos primeiros anos da redemocratização e antes da informatização. Se tal crescimento é um impasse para a vida político-eleitoral paulistana e dos muitos municípios onde o mesmo se passa é outra questão.

Mas no caso da eleição paulistana de 2024, não parece haver muita dúvida de que a campanha eleitoral foi extremamente desmotivadora para a cidadania de forma geral pelo nível de agressividade e de comportamento muito além de qualquer limite aceitável por parte da figura de Pablo Marçal. Talvez a abstenção na capital paulista só não tenha sido maior no primeiro turno pelo receio de um segmento minoritário e expressivo de eleitores de que Marçal pudesse passar para o segundo turno ou mesmo vencer, embora eu tenha dúvida sobre essa hipótese. No entanto, vale a pena comparar com o Rio de Janeiro, cidade na qual o atual prefeito Eduardo Paes (PSD), já era visto como o grande favorito para vencer ainda no primeiro turno, como de fato ocorreu, segundo as diversas pesquisas de intenção de voto. Nem de longe, a campanha carioca se equiparou a paulista, e por lá, e talvez pela facilidade da vitória para Paes, que iniciará em 1 de janeiro de 2025 seu quarto mandato, isso poderia ser encarado como

desmotivador. Ainda assim, o desempenho do prefeito carioca ficou abaixo de seu próprio desempenho de 2012, quando também se reelegeu em primeiro turno.

No entanto, se a abstenção se torna personagem da eleição paulistana e de outros entes da federação, os votos em branco e os nulos precisam entrar em cena, pois integram o que se convencionou chamar Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME), isto é, um indicador com viés negativo sobre o comportamento do eleitorado, o qual oscila entre a indiferença (abstenção) e a indiferença-punição aos candidatos (brancos e nulos), e/ou ao sistema eleitoral. Porém, há uma diferença conceitual importante entre estes seus componentes, pois a abstenção trata do eleitorado que não compareceu, enquanto os dois outros trata do que se dirigiu às urnas. De saída isso quer dizer que empiricamente brancos e nulos sempre foram proporcionalmente muito menores do que a abstenção (tendo por base o eleitorado e não o comparecimento para que possam ser comparáveis à abstenção), incluindo eleições gerais, com alguma diferença para as eleições legislativas proporcionais. Assim, a ausência dos eleitores às urnas poderia ser entendida mais como indiferença-punição, enquanto os votos em branco e os nulos com mais ênfase na punição. De qualquer forma, quando os brancos e nulos são somados à abstenção, a TME subirá invariavelmente.

É recomendável comparar de forma mais ampla a situação de São Paulo com outros municípios. Escolhi todos os que tinham ao menos 500 mil eleitores a fim de que estes pudessem reunir, ao menos em tese, situações minimamente complexas sob os critérios políticos, sociais econômicos. Incluindo a capital paulista são apenas 28 dentre 5.569 municípios, mas somam 25,6% de todo o eleitorado brasileiro. É curioso que 14 municípios tiveram a contenda decidida já no primeiro turno e os outros 14 decidirão em 27 de outubro. Nesse grupo, 17 são capitais estaduais, sendo que os outros onze estão majoritariamente no estado de São Paulo (7), incluindo ainda Rio de Janeiro (4) e Minas Gerais (1).

A capital paulista não ficou sozinha na alta taxa de abstenção, seja via colocação obtida frente aos candidatos quanto no percentual do eleitorado (no qual não foi o pior) comparado aos percentuais de outros 27 municípios. Ao se comparar São Paulo com os demais, este foi acompanhado por outros seis municípios e com os seguintes percentuais, a saber: Belo Horizonte (29,54%), Curitiba (27,74%), Porto Alegre (31,51%), Goiânia (28,23%), Campo Grande (25,5%) e São Bernardo do Campo (23,03%). A abstenção obteve a segunda colocação em outros 18 municípios desse grupo e a terceira em três. Como não houve um só ente federado local no qual houvesse menos do que quatro candidatos, esta sempre esteve à frente de ao menos um postulante à prefeitura. A mediana dos percentuais da abstenção dos 28 é de 25,36.

Porém, como eu havia mencionado atrás, a taxa de abstenção é muito importante, mas é parte da TME (conquanto seja de longe a maior), juntamente com os votos em branco e os nulos. Desse modo, as posições dos municípios podem sofrer alterações em relação à observação solitária dos ausentes. A TME da eleição paulistana desse ano de 2024 é de 34,47, situando-se acima da mediana dos 28 municípios (32,58) em 1,89 ponto percentual, embora haja seis municípios com taxas superiores do que a sua, sendo que o município de Campinas possui a mais alta (39,77) de todas.

A Legitimidade do Vitorioso (RLV) é outra maneira a cercar o caso de São Paulo de forma a que se consiga saber o quão singular é ou não o que aqui se passou em 6 de outubro. E o que é isso? É a razão da divisão do percentual de votos do primeiro colocado no eleitorado pela TME. Se o número é menor do que um, a TME supera o primeiro colocado e a partir de um

para mais o primeiro colocado “vence” a TME. Mas para que isso se com a taxa de abstenção simplesmente já sabíamos que o candidato Ricardo Nunes (MDB) fora superado por esta? A intenção é ver o tamanho do problema e ainda poder melhor compará-lo ao dos outros municípios. Permita-me, então, o leitor, a que eu possa mostrar como os resultados se apresentaram nos 28 municípios e o lugar da capital bandeirante em meio aos demais.

Ao me valer da RLV para “encontrar” o lugar de São Paulo no desempenho dos primeiros colocados, o achado não é nada bom. O desempenho paulistano nesse indicador deixou este município em penúltimo lugar com o valor de 0,561 à frente somente de São Bernardo do Campo (0,530). A capital paulista integra um grupo de 12 municípios com RLVs abaixo de um, ou dizendo de outra maneira, de municípios com os vencedores parciais ou definitivos “derrotados” para a TME. A maior RLV se deu em Recife, com a reeleição em primeiro turno do prefeito João Campos (PSB).

Os resultados dos 28 municípios mostram ainda de forma clara (para quem se mostrar interessado em olhar a tabela dos *anexo 2*), que dos 14 municípios que se situam acima da mediana da RLV (1,008), em nada menos do que onze as eleições foram decididas no primeiro turno. E nas três em que isso não ocorreu (Fortaleza, Belém e João Pessoa) é porque os segundo colocados também se saíram bem. Talvez reste a dúvida diante dessa minha afirmação se isso é convincente, pois em São Paulo os três primeiros colocados (Nunes, Boulos e Marçal) ficaram muito próximos entre si. Certo, mas o problema é que a TME foi muito alta na eleição paulistana, todavia bem mais baixa nos três municípios mencionados.

A quantidade de candidatos a prefeito nesses municípios não parece ter qualquer relação com a RLV, pois seria possível supor que havendo maior número de candidatos, haveria menor valor nesse indicador. Isto é, o primeiro colocado seria afetado pelo grande número de adversários. Mas nada parece ter caminhado por aí, pois o teste de correlação linear apontou para algo desprezível (-0,077).

3

A Câmara Municipal explica alguma coisa?

O outro olhar para o resultado da eleição majoritária passa pelo pleito para o legislativo paulistano que a partir de 2025 dará início à 19ª legislatura, a qual abrigará nada menos do que 23 vereadores que foram eleitos pela primeira vez, ou seja, uma renovação líquida de nada menos do que 41,8% (desde que descontados dois nomes que eram suplentes na legislatura que ora se conclui, e passaram a titulares ao final). A fragmentação partidária foi reduzida de 18 partidos nas duas eleições anteriores para 13, mas continua sendo alta a despeito das alterações na legislação eleitoral. E o elevado número de partidos é um complicador no processo decisório em mais de um aspecto, conquanto não me proponha aqui a abordar o tema. Diante disso, como será a sustentação parlamentar de um eventual governo de Ricardo Nunes, ou de Guilherme Boulos?

Porém, antes de responder à pergunta acima, chamo a atenção do eleitor para o fato de que a câmara paulistana, talvez mais do que outras devido à magnitude (55) e ao modo como os legisladores são eleitos, quase sempre enfrenta uma questão de representatividade eleitoral, ou se preferirmos, de legitimidade eleitoral. No entanto, na presente eleição, o resultado foi melhor. Se adaptarmos tanto a Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME) e a Razão de Legitimidade do

Vitorioso (RLV)¹ para o parlamento paulistano, veremos que a primeira é de 37,82 contra 34,47 do executivo (diferença de 3,35 pontos). A RLV da câmara paulistana na corrente eleição é de 0,841, contra somente 0,561 de Ricardo Nunes. A expressiva diferença a favor da edilidade se explica porque a Taxa de Representatividade Eleitoral (TRE) agregada da CMSP aumentou em 2024 e a do primeiro colocado à prefeitura diminuiu em relação à eleição anterior (2020), quando Bruno Covas obteve também modesto 0,666. Ainda assim, nada disso é muito bom.

Começo pela hipótese de Nunes ser o próximo prefeito. O MDB, seu partido, elegeu sete vereadores, todos reeleitos, e três deles caminhando para os terceiro e quarto mandatos na edilidade paulistana, ainda que cinco sejam provenientes de outras siglas. O PL, partido do seu candidato a vice-prefeito, também elegeu sete, com apenas dois futuros edis a estrear em no próximo ano; o candidato mais votado, Lucas Pavanato de Oliveira e Zoe Maria Fernandez Martinez, brasileira naturalizada nascida em Cuba, e tal como no MDB e em outras siglas, muitos igualmente tendo migrado de outras agremiações. O PP obteve quatro cadeiras sendo todas para estreantes, embora Janaína Conceição Paschoal, ex-deputada estadual (2019-2023), e uma das grandes responsáveis pela acusação que resultou no afastamento definitivo da presidência de Dilma Rousseff, já seja uma parlamentar traquejada. Porém, teve votação sofrível tendo em conta este passado e a votação que havia recebido para o legislativo estadual em 2018. O PSD, do grande articulador político Gilberto Kassab, ex-vereador e ex-prefeito de São Paulo (2009-2012), obteve três cadeiras, todos reeleitos. O Republicanos, por seu turno, fez duas cadeiras, também resultado de reeleições. Por sua vez, o UNIÃO, tal como o MDB e o PL, elegeu igualmente sete, mas com a particularidade de que cinco serão parlamentares pela primeira vez. Finalmente, o Podemos. Este conseguiu fazer seis vereadores, cinco dos quais também debutarão em 2025. Assim, Nunes teria 36 votos, o que configuraria maioria qualificada permitindo que ele aprovasse qualquer projeto.

4

E, agora, a próxima pergunta: como a Câmara se apresenta para um suposto governo de Guilherme Boulos (PSOL)? Seu partido, juntamente com a Rede formando uma federação, elegeu sete vereadores. Sua base será automaticamente acrescida pelos membros da Federação Brasil da Esperança, composto pelo PT, PC do B e PV, que conquistou nove cadeiras (na realidade oito do PT e um do PV), indo a 16. Eventualmente poderá contar com a única vereadora eleita pelo NOVO, Cris Monteiro, reeleita para seu segundo mandato. Portanto, se eleito, Boulos terá dificuldade significativa para governar, precisando negociar cada iniciativa legislativa.

Dos 23 novos vereadores (ou 21 a depender do critério empregado), há uma incógnita sobre o modo de atuação de boa parte deles. Já, outros, como o mais votado, deixam entrever uma boa dose de ambição, combinada a uma grande inclinação para o conflito, talvez estéril, seja com pares, bem como com os prefeitos, mas ainda mais com Guilherme Boulos em consequência das diferenças ideológicas.

Parando por aqui

O quão pouco os candidatos conseguiram ou quiseram discutir propostas para São Paulo só não dispensa maiores comentários por duas razões: 1) o grau de agressividade e delinquência de Pablo Marçal (conquanto com ênfases inadequadas nas respostas de um ou outro dos adversários) deve ser sempre enfatizado quando algo tão degradante se passa, especialmente por

¹ - Pois no caso da câmara, tanto um indicador quanto outro é considerado a partir dos votos nominais dos 55 eleitos, conquanto também possa ser feito com menor eficácia explicativa para um único vereador. Na TME, se a abstenção é igual para um (executivo) e para outro (legislativo), os votos em branco e os nulos são diferentes.

quem tem a consciência de que a democracia é um regime que exige certo grau de urbanidade de seus representantes populares e candidatos a representantes, o que não impede o conflito de ideias, e mesmo o reconhecimento de sua importância para a opinião pública. 2) O número de debates instalados e entrevistas (sabatinas) com os candidatos foi inédito; jamais houve tantos quanto os realizados na campanha de 2024. Mas a não dispensa de maiores comentários de minha parte se deve também a outra razão. Historicamente os candidatos tanto ao cargo de prefeito, e mais ainda aos de vereador, em parte devido às características das eleições legislativas, apresentam ideias genéricas porque pouco se envolvem com as questões profundas dessa megacidade e pouco acompanham ou se interessam em conhecer o orçamento municipal deliberado e executado a cada ano. Ademais, como tenho me expressado em mais de uma oportunidade, tanto os vereadores quanto os prefeitos estão quase sempre de passagem para outros voos eleitorais nos quais a megacidade é ponto inicial, ou de recomposição de forças quando se é derrotado em eleições federais e estaduais.

Todavia, por paradoxal que pareça com o que expus nesse artigo e em outros, a vida política e pública de São Paulo tem se tornado mais interessante nos últimos tempos para quem como eu a acompanha e estuda há várias décadas. Entre outros aspectos relevantes, que deixo para outra oportunidade, deve ser saudada a eleição de 20 mulheres (36,3%), a maior bancada já formada na história da câmara paulistana, sendo onze delas eleitas pela primeira vez. Mais: estas 20 mulheres cobrem amplo espectro da política e ideologias.

O primeiro turno de São Paulo revelou que situações paradoxais se apresentaram com elevada intensidade e o futuro dependerá apenas parcialmente de quem vier a ser o prefeito eleito em 27 de outubro. O que é certo, porém, é que a trajetória ascendente da abstenção deverá continuar, como, provavelmente, a da TME, e o voto facultativo vai se impondo na prática um pouco como o serviço militar. Esta foi apenas uma apreciação inicial dos dados, mas acredito que estes já tenham o que dizer.

5

***RUI TAVARES MALUF**. Pesquisador, consultor e professor universitário. Ex-professor da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo – Escola de Humanidades (2005-2022), das Faculdades Campos Salles (2001-2011) e de outras instituições de ensino superior. Fundador e editor da consultoria e do site *Processo & Decisão*. Doutor em ciência política (USP). Mestre em ciência política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2011) e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Autor de inúmeros artigos sobre política municipal, nacional e internacional do Brasil em relação aos países da América do Sul.

Fontes de informação e outros artigos do autor

CMSP. Pouquíssimos eleitores conseguirão eleger algum vereador. Disponível em: <http://www.processoedecisao.com.br/Municipios/DOC-Municipios.htm#CMSPEM011024>

São Paulo e Rio de Janeiro. Eleições para Prefeito (1985-2020). Disponível em: <http://www.processoedecisao.com.br/ART-SPMPL.htm#Prefsprj19852020>

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleições 2024. Estatísticas. Conjunto de dados. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home> ;

_____. Eleições 2024. Resultados. Visão detalhada. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga>

Anexo 1				
ELEIÇÃO 2024 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO				
<i>Taxa de Abstenções nas 57 Zonas Eleitorais, considerando as regiões e sub-regiões do município, quando houver</i>				
Organizado por ordem alfabética das regiões				
REGIÃO GEOGRÁFICA	SUB-REGIÃO GEOGRÁFICA	ZONA ELEITORAL	NOME_DA_ZONA_ELEITORAL	% ABSTENÇÕES
Centro	**não há**	1	Bela Vista	34,81
		3	Santa Ifigênia	33,91
Leste	Leste-1	4	Mooca	29,20
		252	Penha de França	27,54
		257	Vila Prudente	27,43
		253	Tatuapé	26,91
	Leste-2	353	Guianases	26,36
		405	Conjunto José Bonifácio	26,35
	Leste-1	350	Sapopemba	26,35
		390	Cangaíba	26,33
		348	Vila Formosa	26,18
	Leste-2	417	Parque do Carmo	26,14
	Leste-1	347	Vila Matilde	26,10
	Leste-2	404	Cidade Tiradentes	26,01
	Leste-2	248	Itaquera	25,96
		421	Teotônio Vilela	25,90
	Não definido	326	Ermelino Matrazzo	25,83
		247	São Miguel Paulista	25,82
	Leste-2	392	Ponte Rasa	25,70
		352	Itaim Paulista	25,61
		375	São Mateus	25,26
397		Jardim Helena	24,28	
Norte	Norte-1	249	Santana	29,31
		256	Tucuruvi	29,02
		349	Jaçana	28,69
		254	Vila Maria	28,19
	Norte-2	255	Casa Verde	27,51
		325	Pirituba	27,31
	Não definido	327	Nossa Senhora do Ó	27,08
	Norte-1	420	Vila Medeiros-Jardim Brasil	26,94
	Norte-2	376	Brasilândia	26,81
	Não definido	422	Lauzane Paulista	26,57
Norte-2	389	Perus	25,42	
	403	Jaraguá	25,25	
Oeste	***não há***	5	Jardim Paulista	34,12
		251	Pinheiros	30,40
		2	Perdizes	29,82
		346	Morumbi	28,80
		250	Lapa	28,50
		374	Rio Pequeno	27,32
Sul	**não identificado**	258	Indianópolis	30,49
	Sul-1	6	Vila Mariana	29,91
		246	Santo Amaro	28,57
	Sul-2	351	Cidade Ademar	28,12
		260	Ipiranga	28,07
	Sul-1	259	Saúde	28,04
		320	Jabaquara	27,79
		328	Campo Limpo	27,59
	Sul-2	408	Jardim São Luis	27,44
		418	Pedreira	27,24
	não identificado	20	Valo Velho	27,18
	Sul-2	373	Capão Redondo	26,52
	Sul-1	413	Vila Moraes-Cursino	26,43
	Sul-2	372	Jardim Angela	26,24
		381	Parelheiros	25,11
		280	Capela do Socorro	24,56
371		Cidade Dutra	24,48	

Anexo 1.1.

*Eleições para Prefeito no Município de São Paulo
Turno único e primeiro turno
(1985-2024)*

Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME) e seus componentes

ANO	ABSTENÇÃO	BRANCOS	NULOS	T.M.E
1985	13,49	0,78	3,20	17,47
1988	6,97	12,00	5,55	24,52
1992	11,12	11,16	9,92	32,20
1996	17,18	1,29	4,44	22,91
2000	14,23	3,50	5,38	23,11
2004	14,95	1,95	3,74	20,64
2008	15,63	2,81	3,86	22,31
2012	18,48	4,43	5,99	28,90
2016	21,84	4,14	8,87	34,85
2020	29,29	4,15	7,15	40,59
2024	27,34	2,59	4,54	34,47
MEDIANA	15,63	3,50	5,38	24,53
EVOLUÇÃO MÉDIA % (2024/1985)	28,39	469,23	77,81	56,9
Observação do autor: em relação a evolução dos votos em branco e nulos, principalmente, deve se olhar com cautela, pois a urna eletrônica usada de forma generaliza só ocorreu a partir de 2000				

Anexo 2					
PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024					
28 MUNICÍPIOS COM ELEITORADOS A PARTIR DE 500 MIL ELEITORES					
<i>Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME) e seus componentes, segundo os percentuais no eleitorado apto, dados organizados em ordem decrescente da TME</i>					
UF	MUNICÍPIO	% BRANCOS	% NULOS	% ABSTENÇÃO	T.M.E
SP	Campinas	3,57	5,23	30,98	39,77
RJ	Rio de Janeiro	3,04	4,90	30,59	38,53
SP	Santo André	3,35	5,73	28,67	37,75
RJ	Nova Iguaçu	4,80	7,17	24,71	36,68
RS	Porto Alegre	2,86	2,28	31,51	36,65
SP	Osasco	3,30	5,10	27,49	35,89
SP	São Bernardo do Campo	3,19	5,84	26,03	35,06
SP	São Paulo	2,59	4,54	27,34	34,47
PR	Curitiba	3,22	3,35	27,74	34,32
MG	Uberlândia	2,90	3,96	27,34	34,20
GO	Goiânia	2,06	2,93	28,23	33,22
MG	Belo Horizonte	3,32	3,53	29,54	33,22
RJ	Duque de Caxias	3,45	6,10	23,63	33,18
SP	Guarulhos	4,32	6,66	21,65	32,62
RN	Natal	2,55	4,77	25,22	32,55
BA	Salvador	2,77	6,35	23,40	32,52
SP	Sorocaba	2,44	4,23	25,74	32,41
SP	São José dos Campos	3,45	3,66	24,76	31,87
MS	Campo Grande	2,63	3,01	25,50	31,14
RJ	São Gonçalo	1,67	3,15	26,15	30,97
AL	Maceió	2,15	3,73	22,06	27,94
PB	João Pessoa	2,71	4,51	19,28	26,50
AM	Manaus	1,92	2,39	20,48	24,80
PA	Belém	1,54	2,40	20,15	24,09
PE	Recife	1,65	2,82	19,36	23,84
MA	São Luis	1,38	2,18	19,30	22,86
PI	Teresina	1,68	3,50	16,54	21,73
CE	Fortaleza	2,22	3,22	15,52	20,96
MEDIANA		2,74	3,84	25,36	32,58

Anexo 3				
PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 28 MUNICÍPIOS				
<i>RAZÃO DE LEGITIMIDADE DO VITORIOSO (RLV), EM ORDEM DECRESCENTE, CONSIDERANDO O TOTAL DE CANDIDATOS A PREFEITO, O RESULTADO FINAL, OS MUNICÍPIOS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO A QUE PERTENCEM</i>				
UF	MUNICÍPIO	RESULTADO	TT-CANDIDATOS	RLV
PE	Recife	Eleito em 1º turno	8	2,495
MA	São Luis		8	2,366
AL	Maceió		5	2,147
RJ	São Gonçalo		5	1,883
PI	Teresina		9	1,880
BA	Salvador		7	1,632
SP	Sorocaba		4	1,538
CE	Fortaleza		2º turno	9
PA	Belém	9		1,414
PB	João Pessoa	6		1,367
SP	Osasco	4		1,345
RJ	Nova Iguaçu	Eleito em 1º turno	6	1,291
RJ	Duque de Caxias		4	1,089
SP	Campinas		4	1,011
SP	Santo André		6	1,006
MG	Uberlândia		5	1,004
AM	Manaus	2º turno	7	0,975
RJ	Rio de Janeiro	Eleito em 1º Turno	9	0,965
RN	Natal	2º turno	6	0,913
RS	Porto Alegre		8	0,859
SP	São José dos Campos		6	0,848
MS	Campo Grande		7	0,700
SP	Guarulhos		6	0,687
PR	Curitiba		10	0,641
GO	Goiânia		7	0,626
MG	Belo Horizonte		10	0,601
SP	São Paulo		10	0,561
SP	São Bernardo do Campo		5	0,530